

45 possível em relação ao sarampo, mas se o conselho achar que há prejuízo ele pode
46 retirar a apresentação e pautar o assunto na próxima reunião. O conselheiro **Lincoln**
47 **Ramos** diz que concorda com a questão do envio das informações com
48 antecedência, porém, o assunto é de extrema importância e deve ser mantido na
49 pauta. A conselheira **Dulcelina Ferreira** solicita que o ponto de pauta do sarampo
50 seja mantido, inclusive poderia ser incluída a questão da leptospirose. O presidente
51 **Luíz Koury** coloca em votação a proposta de exclusão do item *Apresentação Sobre o*
52 *Corte de Verbas das Bolsas dos Residentes do Hospital Universitário e Parecer do*
53 *CMS. O CMS aprova a exclusão. Na sequência o conselho aprova todas as*
54 *inclusões propostas.* Seguindo os trabalhos passa-se a discussão da Ata da 308ª
55 Reunião Ordinária do CMS. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** se abstém do voto
56 por não ter participado da última reunião. O conselheiro **João Victor** pede um
57 esclarecimento, pois na linha 33 da ata o conselheiro Natal apresenta uma situação
58 que lhe chamou a atenção, pois o mesmo fala sobre indícios de irregularidades e
59 duplicidade no pagamento de notas referente ao serviço de manutenção da frota, no
60 entanto, o assunto não foi pautado. A conselheira **Rosilene Machado** esclarece que
61 a Comissão do Fundo vem acompanhando a situação e na discussão da prestação de
62 contas será apresentado um parecer e feito relato do que já foi encaminhado. Não
63 havendo manifestações o conselho aprova a ata da 308ª Reunião do CMS. Seguindo
64 os trabalhos é passado ao ponto de pauta: - *Prestação de contas do Fundo Municipal*
65 *de Saúde meses maio e junho/2019.* A diretora **Sandra Regina Santos Silva** realiza
66 a apresentação de se coloca à disposição para esclarecimentos. O conselheiro **Fahd**
67 **Haddad** questiona se os 34 milhões 917 mil se trata do déficit relacionado aos
68 serviços prestados. **Sandra Silva** explica que contabilmente a despesa se dá por
69 competência, então a SMS tem de emitir o empenho para a instituição de todos os
70 atendimentos que ela vai realizar no mês, mas a receita se dá por regime de caixa, ou
71 seja, ela só é considerada quando o dinheiro entra na conta. Fahd questiona quanto é
72 o déficit mensal da média e alta complexidade. Sandra explica que existe o déficit
73 financeiro devido a insuficiência de recurso e que hoje está em torno de um milhão e
74 seiscientos mil, e existe o déficit do extrapolamento que é o que a DRAS vai
75 apresentar. O conselheiro **Laurito** questiona que a apresentação apresenta
76 divergências em relação aos números no documento enviado aos conselheiros.
77 **Sandra Silva** responde que realmente os dados apresentam divergências, pois
78 acabou falhando na hora de digitar os números, mas os dados corretos são os do
79 documento completo enviado aos conselheiros. O conselheiro **Fernando Marcucci**
80 questiona quais ações serão vinculadas as contas para repasse de recurso estadual
81 citadas na apresentação. **Sandra Silva** responde que o tesouro nacional exigiu que
82 fosse separado o que é recurso federal e o que é recurso estadual, algo que começou
83 a ser feito em 2019, o governo estadual manda recurso da atenção básica para o
84 NASF (5 mil reais), Atendimento Psicossocial, e o atendimento em conflito com a lei
85 (16 mil reais, fora um recurso para as reformas. O conselheiro **Fernando Marcucci**
86 questiona se as emendas impositivas já chegam com finalidade específica. Sandra
87 Silva diz que depende de quem decide repassar o recurso, algumas recursos são
88 para ações da própria SMS, e algumas emendas foram destinadas especificamente

89 para determinado prestador de serviço. A conselheira **Elaine Rodella** questiona qual
90 tem a pontuação da Clínica Villa Normanda nas avaliações do contrato com o
91 município. Elaine questiona se existe alguma orientação jurídica da procuradoria do
92 município para o repasse para a clínica supracitada ou ele está sendo feito apenas
93 mediante ao contrato celebrado. **Sandra Silva** questiona que não tem competência
94 para responde sobre a avaliação da Villa Normanda, pois é algo que é feito pela DRAS.
95 No tocante aos pagamentos, a diretoria financeira recebe autorização para empenho
96 da DRAS, que recebe as notas e encaminha para o financeiro a autorização para
97 pagamento. Outra coisa é que se o serviços está sendo prestado o município tem de
98 pagar o prestador para não incorrer em crime de enriquecimento ilícito. O presidente
99 **Luíz Koury** coloca que as comissões que avaliam contratos tem participação de
100 conselheiros. O conselheiro **Adelson Pereira Junior** diz que faz parte da comissão
101 que avalia os contratos e a clínica Villa Normanda tem atingido quase sempre a média
102 máxima. O presidente **Luíz Koury** informa que a CPL indicou o senhor **Sandro Leão**
103 **Sávio** para substituir o conselheiros Fernando Nicolau, e apesar da indicação ainda
104 não ter sido concretizada formalmente, o senhor Sandro pediu a palavra para fazer
105 um esclarecimento. O senhor **Sandro Leão Sávio**, representante da Villa Normanda
106 e CPL, coloca que a clínica obteve a nota 99 dentro da última avaliação do POA, ou
107 seja, está dentro do que é preconizado no contrato. O conselheiro **Cícero Cipriano**
108 **Pinto** questiona qual percentual investido em folha de pagamento na fonte 510, se
109 não for possível pode ser apresentado na próxima reunião. **Cícero** questiona qual foi
110 a fonte utilizada pelo município na questão da reposição dos equipamentos furtados
111 no HU, que isso seja esclarecido na comissão do fundo ou na próxima reunião. Cícero
112 Cipriano destaca ainda sua preocupação no controle antes da nota ser assinada,
113 inclusive esteve na DLMS para verificar a questão da manutenção da frota e está até
114 agora aguardando ser agendada uma reunião lá para verificação das notas fiscais,
115 para assim poder apresentar para o setor competente um relatório com os indícios de
116 irregularidades. A diretora **Sandra Silva** diz que não pode responde no momento o
117 percentual da fonte 510. No tocante aos equipamentos do HU, foi o próprio hospital
118 que fez a compra dos equipamentos, o que o município fez foi pagar uma dívida
119 existente com a instituição, o que coincidiu foi que a município pagou a dívida justo na
120 época que o hospital está precisando repor os equipamentos. A conselheira **Rosilene**
121 **Machado** coloca que está pendente um relatório do conselheiro Cícero das notas
122 fiscais do contrato anterior, já sobre o novo contrato, o diretor da DLMS Patrick fez a
123 primeira reunião e está tentando marcar a próxima, pois houve problema de agenda,
124 mas os conselheiros também podem propor e marcar uma data. Na sequência a
125 servidora da DRAS – Ana Paula-, apresenta a produção ambulatorial e hospitalar
126 aprovada e o déficit mensal dos últimos três meses. O conselheiro **Fahd Haddad**
127 questiona se o Ministério da Saúde tem conhecimento dos dados apresentados. Ana
128 Paula responde que o Ministério da Saúde tem acesso a estas informações no
129 sistema que conta com banco de dados de todos Brasil. **Na sequência o CMS**
130 **aprova a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde meses maio e**
131 **junho/2019, com 3 abstenções.** Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de
132 pauta: Relato Sobre Hospital da Zona Oeste. O conselheiro Edvaldo Viana faz uso da

133 palavra e inicia dizendo que na última reunião do Conselho Estadual de Saúde em
134 Curitiba, foi passado para a Comissão de Humanização do CES que dos 5 hospitais
135 previstos para construção no Paraná, o Hospital da Zona Oeste de Londrina
136 infelizmente teve seu processo cancelado por falta de local para construção. Edvaldo
137 diz que foi formada uma comissão para discutir o assunto com o prefeito Marcelo
138 Belinati e SMS, para ver o que o CES pode fazer para que Londrina não perca este
139 hospital, este ofício solicitando reunião foi encaminhado para gabinete do prefeito no
140 dia 22 e não houve resposta até agora. Edvaldo questiona se os conselheiros está a
141 par do que está acontecendo e quais providências irá tomar para que Londrina não
142 perca o hospital. O secretário **Carlos Felipe Machado** diz que em 2016 a prefeitura
143 fez a doação de um terreno para a PUC, que é onde seria construído o hospital,
144 sendo que havia algumas pendências de documentação por parte da PUC e a última
145 informação é que isto havia sido superado e aguardava-se apenas o orçamento do
146 governo no estado, inclusive caso o terreno não fosse utilizado para aquela finalidade
147 ele teria de voltar para o município. No tocante ao ofício citado pelo Edvaldo, a SMS
148 não recebeu nenhum ofício, pois normalmente quando se trata de saúde o prefeito
149 encaminha para a SMS com certa celeridade. Edvaldo Viana diz que foi afirmado no
150 CES que não haverá mais a construção do hospital, inclusive pediram para que o
151 CMS verifique o que aconteceu. **Felipe Machado** afirma que o município fez a sua
152 parte que era a doação do terreno. O presidente **Luíz Koury** diz que quando o
153 município cede um terreno é para um fim específico, por isso imagina que talvez a
154 PUC tenha de devolver o terreno para o município e este fazer a doação para o
155 estado, mas se o terreno não for desmembrado fica complicado, pois a PUC não vai
156 devolver tudo. A senhora **Rosalina Batista** diz que o CMS precisa verificar nas atas
157 do CES o que foi discutido, pois a PGE estava fazendo a análise do estado passar o
158 terreno, o município de Londrina já tinha feito a sua parte, caberia ao estado construir
159 o hospital e a PUC gerenciar em parceria com o poder público, isso foi garantido no
160 pacto e estava no plano estadual que termina em 2019, o que se deve fazer agora é
161 incluir no orçamento do próximo plano a construção do hospital, inclusive um grupo de
162 moradores procurou o deputado Michelle Caputo para isso, no entanto, ele disse que
163 não poderia incluir isso na pauta, mas a população de Londrina pode pedir para incluir
164 essa discussão. A conselheira **Elaine Rodella** diz que o hospital da zona oeste foi
165 prometido como campanha eleitoral, mas o conselho precisa analisar a estrutura
166 existente do estado em Londrina ter o compromisso da SESA do que ela pode fazer
167 se outra unidade for construída, pois não adianta construir elefante branco e não dar
168 conta de dar assistência, logo, é preciso primeiro arrumar o que já tem. O conselheiro
169 **Cícero Cipriano Pinto** discorda da conselheira Elaine, pois trata-se de uma demanda
170 da comunidade que vem desde uma conferência em 2002 e não é uma demanda
171 política. Cícero diz que o CMS precisa ser prático, formar uma comissão e verificar
172 porque a construção do hospital não aconteceu e onde o processo está parado,
173 inclusive fazendo os questionamentos pertinentes para CIR, CIB e CES. O presidente
174 **Luiz Koury** coloca que foi diretor do HZN por 8 meses e havia previsão de construção
175 de uma UTI com 10 leitos, mas até hoje isso não ocorreu porque não conseguiram
176 resolver uma questão envolvendo um pequeno pedaço de terreno, portanto, acredita

177 que o hospital da zona oeste vai esperar mais um tempo. O conselheiro **Fernando**
178 **Marcucci** diz que é preciso oficializar o estado para que se posicione. A conselheira
179 **Elaine Rodella** propõe que seja feita a verificação do processo, juntamente com a
180 análise a rede do estado instalada em Londrina e ver o que precisa ser melhorado, e
181 que a SESA não se comprometa somente com a construção e também com
182 administração da unidade. O presidente **Luíz Koury** propõe que a Comissão de
183 Humanização faça o estudo da rede do estado instalada em Londrina e remeta ao
184 CMS. O presidente **Luíz Koury** destaca que realmente é preciso estruturar o que já
185 existe e melhorar o serviço já existente. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que é
186 preciso oficializar a SESA, SMS, CES, cobrando porque não vai ser construído o hospital.
187 A conselheira **Joelma Carvalho** relata que o assunto foi discutido na Comissão de
188 Humanização do CES e não ficou claro quando o tema foi remetido ao plenário.
189 Joelma apoia o encaminhamento dos ofícios incluindo a 17ª RS, mas que
190 paralelamente a isso seja feita pela SMS o estudo da estrutura do estado em
191 Londrina. O conselheiro **João Victor Custódio Nery** cobra também um
192 posicionamento do estado sobre o abandono do Hospital Londrina. O presidente **Luíz**
193 **Koury** responde que o referido hospital é na cidade de Cambé, portanto, o CMS não
194 tem competência para discutir o assunto. **O CMS aprova as seguintes propostas:**
195 **Encaminhamento de ofícios para CES, 17ª RS, SESA e SMS, cobrando**
196 **informações e posicionamento sobre a construção do Hospital da Zona Oeste**
197 **de Londrina. O conselho aprova encaminhamento para a Comissão de**
198 **Humanização de análise e levantamento de estudo sobre a estrutura existente**
199 **do estado em Londrina.** Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta:
200 Indicação de 2 conselheiros para operacionalização do DIGSUS. A diretora **Evilin**
201 **Gorcks** explica que o novo sistema vai substituir o Sispacto e o SARGSUS, onde são
202 inseridas as informações do instrumento de gestão, sendo ainda que a orientação da
203 17ª RS é para que sejam pessoas com um pouco de habilidade em informática. **O**
204 **conselho indica os conselheiros Antônio Barrichello (titular) e um conselheiro**
205 **do segmento trabalhador a ser indicado até dia 24/10, não havendo a indicação**
206 **do segmento a vaga passa ao conselheiro Wagner Aguiar.** Seguindo os trabalhos
207 é passado ao ponto de pauta: **Apresentação do Plano de Enfrentamento ao**
208 **Sarampo.** A diretora da DVS, **Sônia Fernandes**, realiza a apresentação e se coloca à
209 disposição para esclarecimentos. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que não
210 viu no plano nenhuma ação de prevenção, logo, gostaria de saber se houve contato
211 com a SME na elaboração do plano para busca das crianças que não estão indo
212 vacinar. Cícero questiona que não viu nada sobre campanhas de sensibilização e
213 conscientização na mídia, inclusive Londrina teve uma diminuição da cobertura
214 vacinal. **Cícero** questiona se existe perspectiva de aumento no quadro de
215 funcionários da vigilância para melhorar no serviço. A conselheira **Ana Paula**
216 **Cantelmo** questiona que nas escolas particulares uma portaria do estado estabeleceu
217 que a adequação vacinal da criança é item obrigatório para efetivação da matrícula,
218 portanto, isso poderia ser uma boa alternativa para garantir a vacinação de todas as
219 crianças na rede. A conselheira **Graciele Fagundes** questiona que levou sua filha de
220 3 anos na UBS na última sexta-feira e não foi oferecida vacina para ela. **Sônia**

221 **Fernandes** responde que a campanha em si é apenas de intensificação, no caso em
222 questão uma criança de 3 anos provavelmente está com a vacinação completa e por
223 isso não foi feito. No tocante portaria citada, a SMS solicitou ao núcleo e SME uma
224 antecipação da portaria para a época de campanha para que a SMS possa aproveitar
225 este momento e realização a vacinação com mais sucesso. Sônia diz que no tocante
226 ao questionamento do Cícero, já foi feito contato com a secretaria de educação, e a
227 SMS tem feito várias inserções nas redes sociais sobre a importância da vacina. No
228 tocante a queda da cobertura, infelizmente é um problema no Brasil todo, tanto que o
229 MS tem tomado algumas medidas para minimizar o problema. A conselheira **Rita**
230 **Domansky** diz que o próprio MS está colocando como violência contra a criança os
231 pais não levarem ela para vacinar. Rita relata que foi agredida na época que
232 trabalhava na UBS Leonor porque vacinou uma criança tendo em mãos documento
233 de autorização de vacina assinado pela mãe, então a conscientização tem de ser
234 muito grande em relação a isso. A conselheira **Elaine Rodella** questiona se toda rede
235 hospitalar de Londrina está recebendo capacitação sobre Sarampo. Rodella questiona
236 se o Laboratório Central do Estado do Paraná tem capacidade para atender a
237 demanda. Rodella questiona como a estrutura da SMS vai dar conta de atender
238 dengue, Zika, chikungunya, Febre Amarela e Sarampo com a estrutura atual. Sônia
239 Fernandes diz que realmente o cenário é preocupante, mas a SMS tem de continuar
240 trabalhando o agora. **Sônia Fernandes** coloca que existe a preocupação de capacitar
241 os profissionais e afinando um pouco mais dentro do que é possível. No tocante ao
242 LACEN, logicamente ele não vai dar conta de uma epidemia, mas é preciso pensar
243 nele não como laboratório de análises individuais e sim como um laboratório de saúde
244 pública. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta: *Parecer do Projeto de*
245 *Lei nº116/2019-CML*. O presidente **Luíz Koury** explica que o projeto é para que se
246 faça exame de glicemia em toda criança atendida em qualquer unidade de saúde
247 ambulatorial ou hospitalar, para diagnóstico precoce de diabetes infantil. Koury relata
248 que o projeto foi remetido para estudo na Comissão de Saúde da Mulher. Koury diz
249 que seu questionamento ao projeto foi se isso seria feito toda vez que criança for a
250 estas unidades de como será o controle disso, e outra questão caso seja
251 diagnosticado quem irá tratar, pois ao que parece não há endocrinologista suficiente
252 na rede. A conselheira **Denise Camargo Moraes** apresenta o seguinte parecer da
253 comissão de saúde da mulher: *“Temos consagrado na literatura rastreadores que*
254 *podem ser utilizados para identificar possíveis pacientes com alteração da glicemia*
255 *(capilar, jejum, HbA1c). Dessa foram, seria um gasto desnecessário a realização do*
256 *teste em TODAS as crianças, além da exposição desnecessária a um possível trauma*
257 *de realização do exame.” Prof. Dr. Camilo M. Guidoni (UEL). “A justificativa imposta*
258 *ao projeto dá-se principalmente pelos eventos crônicos relacionados a DM, o que é*
259 *mais comum nos indivíduos com DM2. A faixa etária mencionada (salvo exceções)*
260 *está mais exposta a DM1, para a qual as complicações crônicas são menores,*
261 *havendo mais preocupação com os riscos agudos (por exemplo, cetoacidose*
262 *diabética). Ainda, na DM1 os sintomas surgem, normalmente, de forma abrupta, o que*
263 *difícilmente gera subdiagnóstico. Por fim, considerando os pontos apontados*
264 *anteriormente, acho desnecessário submeter crianças em serviços de saúde a este*

265 *exame, que apesar de simples, pode gerar traumas.” Prof. Dr. Edmarlon Giroto*
266 *(UEL). “Em geral os pacientes apresentam sintomas de início agudo no DM1, por isso*
267 *a realização de testes na população assintomática não é recomendada. Já o DM2 tem*
268 *crescido entre as crianças, mas a recomendação da ADA (Associação Americana de*
269 *Diabetes) é que sejam testados os pacientes obesos que tenham ao menos dois*
270 *fatores de risco. Com base nas recomendações atuais de entidades nacionais e*
271 *internacionais, entendo que a testagem em todas as crianças de 0 a 11 anos não*
272 *seria custo-efetiva.” Dr. Jackson Carlos Rapkiewicz (Farmacêutico, Gerente Técnico-*
273 *Científico do CRF-PR). A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz que o parecer dos*
274 *pediatras do Hospital Infantil corrobora com o posicionamento contrário ao projeto da*
275 *Comissão de Saúde da Mulher. A conselheira **Rita Domansky** relata na UCI do HU,*
276 *uma das lesões de pele com fator causal mais elevado são as perfurações por*
277 *glicemia capilar, pois os profissionais furam o mesmo local e a criança para a ter*
278 *lesões de pele. O conselheiro **Adelson Júnior** diz que o projeto não tem cabimento,*
279 *pois as crianças são acompanhadas pelos pediatras que tem capacidade de realizar*
280 *esse diagnóstico. O conselheiro **Laurito Porto Filho** que o projeto não apresentou*
281 *qual seria o protocolo, pois pesquisando o protocolo de investigação do problema,*
282 *não se coloca a questão de coleta capilar, são outros os protocolos utilizados, então*
283 *faltou a CML discutir melhor o tema e procurar mais informações. O conselheiro*
284 *Cícero Cipriano Pinto diz que o projeto é uma demonstração de desconhecimento do*
285 *vereador que propôs a lei, e um projeto de lei deve primar pelo interesse público, e é*
286 *mais um projeto de lei que já nasce morto, e o conselho precisa se posicionar*
287 *contrário e encaminhar uma recomendação que a CML procure profissionais da área*
288 *da saúde quando forem escrever projetos de saúde. O **CMS emite parecer contrário***
289 ***ao Projeto de Lei nº116/2019-CML.** Seguindo os trabalhos é passado ponto de*
290 *pauta: **Palestra sobre a Nova Previdência Social.** A servidora do INSS – Viviane*
291 *Perez-, realiza a apresentação. O presidente **Luíz Koury** diz seria interessante*
292 *discutir o assunto em Fórum para debater o assunto. O conselheiro **Laurito Porto***
293 *seria interessante um fórum com participação do INSS e também da receita, pois há*
294 *um embate teórico do que é arrecadação e despesa, pois se formos buscar a CF em*
295 *seu artigo 195 não existe déficit, primeiro porque não existe fundo previdenciário,*
296 *então seria interessante este debate. O conselheiro Cícero Cipriano sugere que o*
297 *tema seja encaminhado para a comissão de educação permanente para talvez*
298 *transformar a mesma em um seminário ou algo similar. Seguindo os trabalhos é*
299 *passado ao ponto de pauta. Proposta de Realização de Reunião Extraordinária do*
300 *Conselho. **O conselho aprova reunião extraordinária para dia 12/11/2019.** Na*
301 *sequencia o conselho discute e aprova a mudanças nas datas da capacitação do*
302 *CMS para os dia 04/11 e 18/11 no Sindnapi. Seguindo os trabalhos é passado ao*
303 *ponto de pauta: **Informes.** Ellen, Tais e Paula, as alunas da PUC divulgam um evento*
304 *sobre violência sexual contra mulher, dias 29 e 30/10. O conselheiro Lincoln Ramos*
305 *informa que o observatório de gestão pública de Londrina está convidando todos os*
306 *conselhos para participar do prêmio de boas práticas em conselhos, sendo que a*
307 *inscrição vai até o dia 13/11. O servidor **Cleyton** da DUES informa que o PAI estará*
308 *mudando provisoriamente nesta sexta feira para o antigo hospital ortopédico para*

309 reforma, sendo que até domingo durante a mudança as crianças serão atendidas na
 310 policlínicas e na segunda as 07 horas as crianças já estarão sendo atendidas no
 311 antigo ortopédico. O conselheiro **Cícero Cipriano** informa que esteve na reunião do
 312 CLS João Paz e foi cobrado sobre a reforma da UBS João Paz. Cícero informa que o
 313 conselheiro **Roberto Montezim** assumiu a presidência do CLS Leonor. Cícero
 314 agradece a atual gestão pelo recapeamento da região do Leonor. Cícero finaliza
 315 dizendo que ainda aguarda resposta da gestão sobre as fraldas vencidas do PAI e
 316 com relação aos medicamentos vencidos. Não havendo mais assuntos a reunião é
 317 encerrada. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada
 318 pela secretária Sandra Bavia e será assinada pelos conselheiros abaixo:

Titular	Carlos Felipe Marcondes Machado	
Suplente	Rosilene Machado	
Titular	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
Suplente	Joelma Aparecida de Carvalho	
Titular	Paulo Christino Neto	Justificou
Suplente	Pilar Nadir Alvares Soldório	
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	
Titular	Mari Elaine Rodella	
Suplente	Maria Celeste Vitorazzo	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou
Titular	Sergio Ricardo Belon da Rocha Velho	Justificou
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pelizzari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	
Suplente	Ana Patrícia Pires Nalesso	Ausente
Titular	Fernando Moraes Nicolau/Sandro	

Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Denise Camargo Moraes	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificou
Suplente	Rita de Cassia Domanski	
Titular	ReillyAranda Lopes	
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	
Titular	Graciele Fagundes	
Suplente	Maria Osvaldina Mello Oliveira	Justificou
Titular	Antônio Barrichello	
Suplente	Livaldo Bento	
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	
Titular	João Victor Custódio Nery	
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Maria Márcia Ferreira	Justificou
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	Sônia Oliveira da Silva	Ausente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	Ausente
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Dulcelina Aparecida Silveira	

Suplente	Edvaldo Zanutto	Justificou
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Eunice Tieko Myamoto	
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	
Titular	Cícero Cipriano Pinto	
Suplente	Natal de Oliveira	
Titular	Adelson Pereira dos Santos Júnior	
Suplente	Edimara Alessandra da Silva	Justificou
Titular	Roberto Montezin	
Suplente	Alexandre Montezin	

319